

LEI Nº. 279 /2007

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A  
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE  
2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PINDORETAMA,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - São Estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2008, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública Municipal;
- II. A estrutura e organização dos orçamentos;
- III. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo, compreendidas os créditos adicionais;
- IV. As diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V. As disposições sobre receitas públicas municipais e alterações na legislação tributária;
- VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII. Das disposições sobre a dívida pública municipal;
- VIII. das metas e riscos fiscais;
- IX. As disposições finais.

**CAPÍTULO I**

**PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2008 serão as especificadas no anexo que integra o PPA de 2006-2009, as quais terão precedência de recursos na Lei Orçamentária Anual, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º – As metas e prioridades constantes no anexo de que trata



este artigo possui caráter apenas indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o processo de planejamento municipal, podendo, a lei orçamentária anual atualizá-las.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2008, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas de acordo com identificação constante do PPA 2006-2009, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

## **CAPÍTULO II**

### **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º** - O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2008 deve assegurar os princípios da justiça, incluída a tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, observando o seguinte:

- I - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões do Município, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização de meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

**Art. 4º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

**Art. 5º** - para efeito desta lei, entende-se por:

- I - **Diretriz:** o conjunto de princípios que orienta a execução do Programa de Governo;
- II - **Programa:** o instrumento de organização da atuação governamental visando à realização dos objetivos pretendidos, sendo definido por indicadores estabelecidos no plano



plurianual;

**III - Atividade:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de maneira contínua e permanente, resultando em um produto necessário à manutenção da ação de governo;

**IV - Projeto:** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental;

**V - Operação especial:** despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um período e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

**VI - Modalidade de Aplicação:** a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; e

**VII - Unidade Orçamentária:** o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade e operação especial identificará a função e a subfunção às quais de vincula.

**Art. 6º** - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal, no prazo previsto no art. 42, § 5º da Constituição Estadual, será composta de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados e anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

III - demonstrativos estatísticos de previsão de receita;

IV - demonstrativo de previsão do Resultado Primário;

V - discriminação da legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**Parágrafo único** - Integrarão os anexos e quadros orçamentários consolidados a que se refere este artigo, os exigidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.



**Art. 7º** - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, até os níveis das categorias econômicas, grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação, indicando ainda as fontes de recursos.

**§ 1º** - A classificação funcional programática seguirá o disposto na Portaria nº 042, de 14/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão.

**§ 2º** - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se expressam, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2006-2009.

**§ 3º** - Na indicação do grupo de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações posteriores:

- I. Pessoal e Encargos Sociais (1);
- II. Juros e Encargos da Dívida (2);
- III. Outras despesas correntes (3);
- IV. Investimentos (4);
- V. Inversões Financeiras (5);
- VI. Amortizações da Dívida (6).

**§ 4º** - A reserva de contingência prevista nesta lei será identificada pelo dígito "9" no que se refere às categorias econômicas, aos grupos de natureza de despesa, às modalidades de aplicação e aos elementos de despesas.

**Art. 8º** - A lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

- I - Às ações descentralizadas de saúde, assistência social e Educação;
- II - Atendimento de ações de alimentação escolar;
- III - Ao pagamento de precatórios judiciais;
- IV - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- V - Despesas classificadas como operações especiais.

### CAPÍTULO III



**DOS RECURSOS CORRESPONDENTES ÀS DOTAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO PODER LEGISLATIVO,  
COMPREENDIDAS OS CRÉDITOS ADICIONAIS.**

**Art. 9º** - Para fins do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo Municipal encaminhará ao Poder Executivo até 20(vinte) dias do prazo previsto no § 5º, art. 42, da Constituição Estadual, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, observadas as disposições desta lei.

**Art. 10** - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2008, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual definido pelo art. 29-A da Constituição da República, que será calculado sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2008, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

**§1º** - Para efeitos do cálculo a que se refere o *caput* deste artigo, considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**§2º** - Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

- I - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo;
- II - caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, prevalecerá como limite o valor fixado pelo Poder Legislativo.

**Art. 11** - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2007, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.



**Art. 12** - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

**Art. 13** - A Execução orçamentária do legislativo será independente mas integrada ao executivo para fins de contabilização.

**Parágrafo Único** - Em não sendo possível a integração dos sistemas contábeis a Câmara Municipal enviará até o dia 5 do mês subsequente, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 14** - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2008 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada um dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados fiscais previstos na Lei Complementar nº 101/2000, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

**§ 1º** - Para atender ao art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, os Poderes Legislativo e Executivo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2008, programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

**§ 2º** - Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças, deverá manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo o cidadão, com os dados e as informações descritas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 15** - No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2008, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada.

**Art. 16** - O orçamento do Município para o exercício de 2008



será elaborado visando garantir a gestão fiscal equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimentos.

**Art. 17-** Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuados:

- a) os centros filantrópicos de educação infantil;
- b) as associações de pais e mestres das escolas municipais;
- c) entidades sem fins lucrativos.

**Art. 18 -** Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de educação, saúde e assistência social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do art. 12 e nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/64, que preencham as seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II - possuam Título de Utilidade Pública;
- III - estejam registradas nos conselhos estaduais de Assistência Social, de Saúde ou de Educação, dependendo da área de atuação da entidade; e
- IV - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial.

**Art. 19 –** Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” e “contribuições” para entidades privadas sem lucrativos e desde que seja:

- I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;
- II - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;
- III - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.



**Art. 20** – O projeto de lei orçamentária anual autorizará o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, a:

I - suplementar as dotações orçamentárias de atividades, projetos e operações especiais, até o limite de oitenta por cento do total da receita prevista para o exercício de 2008, utilizando-se como fonte de recurso, os definidos no parágrafo 1º, Art. 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II - transpor, remanejar ou transferir recurso, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

§ 1º - A suplementação prevista no inciso I deste artigo destina-se a cobrir insuficiência de saldo de projetos, atividades e/ou operações especiais que necessitem de reforço orçamentário.

§ 2º - A suplementação orçamentária através do recurso previsto no inciso II, § 1º, art. 43 da Lei 4.320/64, poderá ser realizada até o total do montante do excesso de arrecadação apurado.

§ 3º - O Excesso de arrecadação provocado pelo recebimento de recursos de convênios não previstos no orçamento, ou previsto a menor, poderão ser utilizados como fontes para abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, por ato do Executivo Municipal, prevista na Lei Orçamentária para o ano de 2008.

§ 4º - O excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recurso para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 5º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento econômico para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, não compreenderá o limite previsto no art. 20, inciso I desta lei, ficando o chefe do poder executivo autorizado a suplementar as dotações já previstas em até oitenta por cento do valor total da receita fixada.

**Art. 21** – A Lei Orçamentária Anual conterá Reserva De Contingência, limitados até cinco por cento da Receita Corrente Líquida prevista para o ano de 2008, a qual será utilizada para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme disposições contidas na letra “b” do inciso III do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º - Para efeito desta lei, entende-se como eventos e riscos





fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

§ 2º - de acordo com o parágrafo anterior e conforme definido no *caput* deste artigo, a Reserva de Contingência poderá ser destinada para servir de fonte compensatória na abertura de créditos adicionais, de acordo com o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei nº 4.320/64.

**Art. 22** – As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – nos níveis de modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recurso, observados os mesmos grupos de despesas, categoria econômica, projeto/atividade/operação especial e unidade orçamentária, poderão ser realizados par atender às necessidades de execução.

**Parágrafo Único** – O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, será detalhado em nível de elemento de despesa e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto-legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo ou mediante portaria dos Secretários Municipais das Unidades Gestoras mediante delegação de competência do Prefeito Municipal.

**Art. 23** - a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por decreto do Poder Executivo.

## SEÇÃO II DAS TRANSFERÊNCIAS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS

**Art. 24** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

**Art. 25** - A transferência de Recursos públicos para pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I - a necessidade deve ser momentânea e recair sobre entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.



II - incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que dispuser lei municipal.

III – No que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficarão condicionados, além de pagamentos de encargos financeiros e juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo da captação, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

- a) destinação de recursos através de fundo rotativo;
- b) formalização de contrato;
- c) aprovação de projeto pelo Poder Público;
- d) acompanhamento da execução;
- e) prestação de contas.

### SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

**Art. 26** - O orçamento fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas do governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

**Art. 27** - Na estimativa da receita e na fixação da despesa do orçamento fiscal serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício; e
- III - as alterações tributárias, conforme disposições constantes nesta lei.

### SEÇÃO IV DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

**Art. 28** - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

- I - das receitas diretamente arrecadados pelas entidades que integram exclusivamente o orçamento de que trata esta seção;
- II - de transferência de contribuição do Município;



- III - de transferências constitucionais;
- IV - de transferência de convênios.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

### SEÇÃO I DA PREVISÃO E DA ARRECADAÇÃO

**Art. 29** - As receitas abrangerão a receita tributária, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em lei e as parcelas transferidas pela União e pelo Estado, nos termos da Constituição Federal, e de acordo com a classificação definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001.

**Parágrafo Único** - As receitas previstas para o exercício de 2008 serão calculadas acrescidas do índice inflacionário previsto nos últimos doze meses, mais a tendência e comportamento da arrecadação municipal mês a mês e a expectativa de crescimento vegetativo, além da média ponderada dos últimos três exercícios financeiros, conforme demonstrativo estatístico de previsão de receitas anexo, que é parte integrante desta lei.

**Art. 30** - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de alterações na legislação tributária promovidas pelos Governos Federal e Estadual, ou por projeto de lei municipal que vier a ser aprovado.

**Art. 31** - Na previsão da receita orçamentária, serão observados:

- I - as normas técnicas e legais;
- II - os efeitos das alterações na legislação;
- III - as variações de índices de preço;
- IV - o crescimento econômico do País.

**Art. 32** - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final par encaminhamento da proposta orçamentária, as estimativas das receitas para o exercício de 2008, incluindo-se a corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme disposto no § 3º, art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000.

### SEÇÃO II DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



**Art. 33** - O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal, projetos de Leis dispendo sobre as alterações da legislação tributária do município, objetivando principalmente:

- I - Ajustar a legislação tributária vigente aos novos ditames impostos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;
- II - adequar a tributação em função das características próprias do Município e em razão das alterações que vêm sendo processadas no contexto da economia nacional;
- III - dar continuidade ao processo de modernização e simplificação do sistema tributário municipal;
- IV - atingir as metas dos resultados fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 34** - Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária do Município, cabendo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a expansão do número de contribuintes;
- III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

**Art. 35** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos na Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no § 3º do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### SEÇÃO III DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 36** – Caso haja a necessidade de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, esta deverá ser demonstrada juntamente com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o ano 2008 e os dois exercícios seguintes.

**§ 1º** - As situações previstas no *caput* deste artigo para a concessão de renúncia de receita deverão atender a uma das seguintes



condições:

I - demonstração pelo Poder Executivo Municipal que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária anual, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo Município;

II - estar acompanhada de medidas de compensação no ano de 2008 e nos dois seguintes, por meio de aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos e contribuições.

§ 2º - A renúncia de receita prevista no parágrafo anterior compreende a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

#### **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 37** – No exercício de 2008, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 e legislação municipal em vigor.

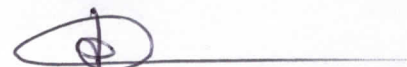
**Parágrafo Único** – A despesa total com pessoal não poderá ultrapassar, em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior aos limites definidos na forma do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 38** - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajustes, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se observados os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); e

III - se observada a margem de expansão das despesas de



caráter continuado.

**Art. 39** - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

**Parágrafo Único** – Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, no efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - não seja inerentes a categorias funcionais abrangidas por planos de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; e
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 40** – A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008 poderá conter autorização para contratação de Operação de Crédito para atendimento à despesa de Capital, observado o limite de endividamento apurado até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, conforme exigências constantes nos arts. 30, 31 e 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 41** – A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização legislativa em lei específica, consoante art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 42** – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 40 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações restringidas nesta lei.

**Art. 43** - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade específica.



## CAPÍTULO VIII DAS METAS E RISCOS FISCAIS

**Art. 44** - É parte integrante desta lei, o Anexo de Metas Fiscais, onde estão estabelecidas as metas anuais, em valores constantes e correntes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o exercício 2008 e os dois seguintes.

**§ 1º** - O Anexo de metas fiscais será composto pelos seguintes demonstrativos, conforme modelos definidos pela Portaria nº 471, de 31.08.2004, da Secretaria do Tesouro Nacional:

- I. Demonstrativo I – Metas Anuais;
- II. Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III. Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV. Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI. Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
- VII. Demonstrativo VII – Estimativa de Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII. Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

**§ 2º** - Integra também esta lei o Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas municipais, onde acompanha o Demonstrativo de Riscos e Providências definido pela Portaria STN nº 470, de 31.08.2004.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 45** - Os valores constantes do Anexo de Metas E Prioridades, devem ser vistos como indicativos e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a adequar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2007 ao Legislativo Municipal.

**Art. 46** - São vedados quaisquer procedimentos pelos



ordenadores de despesa no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de recursos orçamentários.

**Art. 47** - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2008, fica autorizada a execução da proposta orçamentária em cada mês, até o limite de 1/12 de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, enquanto a respectiva lei não for sancionada.

§ 1º - A utilização dos recursos autorizados neste artigo, será considerada como antecipação de Créditos à conta da lei orçamentária anual.

§ 2º - Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo serão reajustados por Decreto do Poder Executivo Municipal, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações orçamentárias.

§ 3º - Não se incluem no limite previsto no *caput* deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas como:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - serviços da dívida;
- III - pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- IV - categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de crédito ou de transferências Voluntárias da União e do Estado;
- V - categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do Município em relação àqueles recursos previstos no inciso anterior.

**Art. 48** – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Executivo e Legislativo de forma proporcional às suas dotações adotarão o mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas:

- I. Redução de gastos com combustíveis para a frota de veículos;
- II. Racionalização dos gastos com diárias e viagens;
- III. Eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;





- IV. Redução de investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral);
- V. Contingenciamento das dotações para material de consumo e outros serviços das diversas atividades;
- VI. Eliminação de despesas com horas extras;
- VII. Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- VIII. Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores; e
- IX. Exoneração de servidores ocupantes de cargos comissionados.

§ 1º - não serão objeto de limitação de empenhos as despesas que representem obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais.

§ 2º - Na limitação de empenho observar-se-á a restrição menos onerosa, em obediência ao princípio da razoabilidade.

**Art. 49** - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

- I - ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;
- II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;
- III - à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;
- IV - a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município.

**Art. 50** - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres; e
- II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

**Art. 51-** Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal,



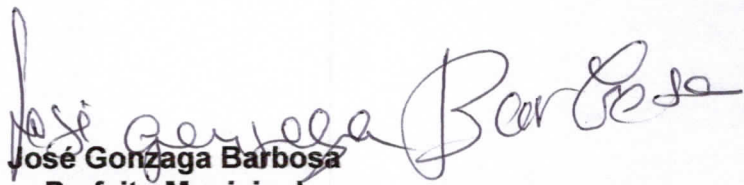
podendo repassar auxílios financeiros para as mesmas.

**Art. 52** – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

**Art. 53** – Entende-se, para efeito do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, como despesa irrelevante, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

**Art. 54** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA**, em  
19 de junho de 2007.



**José Gonzaga Barbosa**  
Prefeito Municipal



**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2008**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	11.213.886	13.565.237	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	11.154.489	13.532.923	13.232.000
Despesas Total	11.630.822	14.912.002	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	11.399.905	14.897.579	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(245.416)	(1.364.656)	150.192
Resultado Nominal	(1.029.303)	1.156.380	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.118.429	897.007	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(463.074)	693.306	583.235

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	10.027.619	12.858.045	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	9.974.505	12.827.415	13.232.000
Despesas Total	10.400.449	14.134.599	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	10.193.960	14.120.928	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(219.455)	(1.293.513)	150.192
Resultado Nominal	(920.418)	1.096.095	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.000.115	850.244	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(414.087)	657.162	583.235



**TOTAL DAS RECEITAS**  
**2008**

ESPECIFICAÇÕES	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2008	2009	2010
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.009.708</b>	<b>13.811.164</b>	<b>16.297.174</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>273.500</b>	<b>314.525</b>	<b>371.140</b>
Impostos	243.000	279.450	329.751
Taxas	30.500	35.075	41.389
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>55.000</b>	<b>63.250</b>	<b>74.635</b>
Contribuições Sociais	55.000	63.250	74.635
Contribuições Econômicas	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>105.400</b>	<b>121.210</b>	<b>143.028</b>
Aplicações Financeiras	87.700	100.855	119.009
Outras Receitas Patrimoniais	17.700	20.355	24.019
<b>Receita de Serviços</b>	<b>297.708</b>	<b>342.364</b>	<b>403.990</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>11.225.800</b>	<b>12.909.670</b>	<b>15.233.411</b>
<b>Transferências Intergovernamentais</b>	<b>11.225.800</b>	<b>12.909.670</b>	<b>15.233.411</b>
Transferências da União	6.997.800	8.047.470	9.496.015
Transferências dos Estados	1.579.000	1.815.850	2.142.703
Transferências Multigovernamentais	2.649.000	3.046.350	3.594.693
Transferências de Convênios	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>52.300</b>	<b>60.145</b>	<b>70.971</b>
Multa e Juros de Mora	25.000	28.750	33.925
Indenizações e Restituições	17.500	20.125	23.748
Receita da Dívida Ativa	1.200	1.380	1.628
Receitas Diversas	8.600	9.890	11.670
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.310.000</b>	<b>1.506.500</b>	<b>1.777.670</b>
Operações de crédito	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	-
Alienações de Bens	-	-	-
Transferência de Capital	1.310.000	1.506.500	1.777.670
Transferência de Convênio	1.310.000	1.506.500	1.777.670
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.319.708</b>	<b>15.317.664</b>	<b>18.074.844</b>

SERCA Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR

**TOTAL DE DESPESAS  
2008**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ milhares		
	2008	2009	2010
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>11.503.108</b>	<b>13.228.574</b>	<b>15.609.718</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.883.741	6.766.302	7.984.237
Juros e Encargos da Dívida	32.900	37.835	44.645
Outras Despesas Correntes	5.586.467	6.424.437	7.580.836
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( II )</b>	<b>1.696.600</b>	<b>1.951.090</b>	<b>2.302.286</b>
Investimentos	1.491.600	1.715.340	2.024.101
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização Financeira	205.000	235.750	278.185
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000	138.000	158.700
<b>TOTAL</b>	<b>13.319.708</b>	<b>15.317.664</b>	<b>18.070.704</b>

SERCO Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR



**METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**  
2008

ESPECIFICAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>12.001.625</b>	<b>14.786.238</b>	<b>11.979.208</b>	<b>12.009.708</b>	<b>13.811.164</b>	<b>16.297.174</b>
Receita Tributária	226.551	195.677	243.000	273.500	314.525	371.140
Receita de Contribuição	240.660	107.598	55.000	55.000	63.250	74.635
Receita Patrimonial	59.871	32.831	105.400	105.400	121.210	143.028
Aplicações Financeiras ( II )	3.872	6.792	87.700	87.700	100.855	119.009
Outras Receitas Patrimoniais	55.999	26.039	17.700	17.700	20.355	24.019
Receita de Serviços	27.200	272.909	297.708	297.708	342.364	403.990
Transferências Correntes	11.073.012	14.170.163	11.225.800	11.225.800	12.909.670	15.233.411
Demais Receitas Correntes	374.331	7.060	52.300	52.300	60.145	70.971
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )</b>	<b>11.997.753</b>	<b>14.779.446</b>	<b>11.891.508</b>	<b>11.922.008</b>	<b>13.710.309</b>	<b>16.178.165</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL ( IV )</b>	<b>5.053</b>	<b>-</b>	<b>1.310.000</b>	<b>1.310.000</b>	<b>1.506.500</b>	<b>1.777.670</b>
Operações de Crédito ( V )	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos ( VI )	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos ( VII )	-	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	5.053	-	1.310.000	1.310.000	1.506.500	1.777.670
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
<b>Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV-V-VI-VII )</b>	<b>5.053</b>	<b>-</b>	<b>1.310.000</b>	<b>1.310.000</b>	<b>1.506.500</b>	<b>1.777.670</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( IX ) = ( III + VIII )</b>	<b>12.002.806</b>	<b>14.779.446</b>	<b>13.201.508</b>	<b>13.232.008</b>	<b>15.216.809</b>	<b>17.955.835</b>

<b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>	<b>10.585.415</b>	<b>13.484.117</b>	<b>11.503.108</b>	<b>11.503.108</b>	<b>13.228.574</b>	<b>15.609.718</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.805.241	5.843.255	5.883.741	5.883.741	6.766.302	7.984.237
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	12.359	14.423	32.900	32.900	37.835	44.645
Outras Despesas Correntes	7.767.815	7.626.439	5.586.467	5.586.467	6.424.437	7.580.836
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>	<b>10.573.056</b>	<b>13.469.694</b>	<b>11.470.208</b>	<b>11.470.208</b>	<b>13.190.739</b>	<b>15.565.072</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )</b>	<b>582.161</b>	<b>1.427.886</b>	<b>1.696.600</b>	<b>1.696.600</b>	<b>1.951.090</b>	<b>2.302.286</b>
Investimentos	360.121	1.427.886	1.491.600	1.491.600	1.715.340	2.024.101
Inversões Financeiras	3.483	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida ( XIV )	218.557	-	205.000	205.000	235.750	278.185
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>	<b>363.604</b>	<b>1.427.886</b>	<b>1.491.600</b>	<b>1.491.600</b>	<b>1.715.340</b>	<b>2.024.101</b>
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA ( XVI )</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>120.000</b>	<b>120.000</b>	<b>138.000</b>	<b>162.840</b>
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )</b>	<b>10.936.660</b>	<b>14.897.580</b>	<b>13.081.808</b>	<b>13.081.808</b>	<b>15.044.079</b>	<b>17.752.013</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO ( IX - XVII )</b>	<b>1.066.146</b>	<b>-118.134</b>	<b>119.700</b>	<b>150.200</b>	<b>172.730</b>	<b>203.821</b>

SERÇO Serviços de Administração S.C.Ltda  
Caubi Edmar Sob Castro Neto  
GABINETE

**METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL**  
2008

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	6.851.967	4.120.378	4.462.369	4.832.746	5.557.658	6.391.307
DEDUÇÕES ( II )	5.652.964	1.458.483	1.579.537	1.710.639	1.967.235	2.262.320
Ativo Disponível	5.652.964	1.458.483	1.579.537	1.710.639	1.967.235	2.262.320
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
( - ) Obrigações Financeiras	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	1.199.003	2.661.895	2.882.832	3.122.107	3.590.423	4.128.987
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	1.199.003	2.661.895	2.882.832	3.122.107	3.590.423	4.128.987
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	<b>301.995</b>	<b>1.462.892</b>	<b>220.937</b>	<b>239.275</b>	<b>468.316</b>	<b>538.563</b>

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2004: **897.008**

  
 SERCO - Serviços de Contabilidade S/C Ltda  
 Caubi Edgardo de Castro Neto  
 G E R E N T E  
 G E R E N T E

**META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA**  
**2008**

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.458.483	4.197.005	4.545.356	4.922.621	5.661.014	6.510.166
Dívida Mobiliária	1.458.483	4.197.005	4.545.356	4.922.621	5.661.014	6.510.166
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	3.078.526	1.948.127	4.985.145	1.710.639	1.967.235	2.262.320
Ativo Disponível	3.858.559	4.603.089	4.985.145	1.710.639	1.967.235	2.262.320
Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Proc.	780.033	2.654.962	-	-	-	-
<b>DCL (III) = (I - II)</b>	<b>(1.620.043)</b>	<b>2.248.878</b>	<b>(439.789)</b>	<b>3.211.982</b>	<b>3.693.779</b>	<b>4.247.846</b>

SERGI - Serviços de Engenharia S/C Ltda

Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR



**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2008**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	11.213.886	13.565.237	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	11.154.489	13.532.923	13.232.000
Despesas Total	11.630.822	14.912.002	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	11.399.905	14.897.579	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(245.416)	(1.364.656)	150.192
Resultado Nominal	(1.029.303)	1.156.380	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.118.429	897.007	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(463.074)	693.306	583.235

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	10.027.619	12.858.045	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	9.974.505	12.827.415	13.232.000
Despesas Total	10.400.449	14.134.599	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	10.193.960	14.120.928	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(219.455)	(1.293.513)	150.192
Resultado Nominal	(920.418)	1.096.095	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.000.115	850.244	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(414.087)	657.162	583.235

SERCO - Serviço de Contabilidade S/C Ltda

Caubi Equiano de Castro Neto  
TITULAR

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2008**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	11.213.886	13.565.237	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	11.154.489	13.532.923	13.232.000
Despesas Total	11.630.822	14.912.002	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	11.399.905	14.897.579	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(245.416)	(1.364.656)	150.192
Resultado Nominal	(1.029.303)	1.156.380	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.118.429	897.007	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(463.074)	693.306	583.235

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2005	2006	2007
Receita Total	10.027.619	12.858.045	13.319.708
Receitas Não-Financeiras ( I )	9.974.505	12.827.415	13.232.000
Despesas Total	10.400.449	14.134.599	13.319.708
Despesas Não-Financeiras ( II )	10.193.960	14.120.928	13.081.808
Resultado Primário ( I - II )	(219.455)	(1.293.513)	150.192
Resultado Nominal	(920.418)	1.096.095	(110.071)
Dívida Pública Consolidada	1.000.115	850.244	807.306
Dívida Consolidada Líquida	(414.087)	657.162	583.235

SERCU - Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Cauê Roberto de Castro Neto  
TITULAR

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2008**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Patrimônio/Capital	2.708.789	2.420.702	2.350.838
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Patrimônio/Capital	-	-	-
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

SERC9 - Services de Contabilidade S/C Ltda

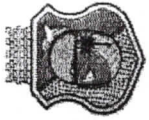
Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS  
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2008**

RECEITAS REALIZADAS	2006	2005	2004
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
Receita de Alienação de Ativos	3.750	1	1
Alienação de Bens Móveis	3.750	1	1
Alienação de Bens Imóveis	1	1	1

DESPESAS LIQUIDADAS	2006	2005	2004
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Investimentos	3.750	1	1
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS</b>	-	-	-

  
 SERCU - Serviço de Contabilidade Social  
 Caubi Eduardo de Castro Neto  
 TITULAR



ESTADO DO CEARÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

ANEXO DE METAS FISCAIS

I - METAS ANUAIS

2008

LRF, art 4º, § 1º

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2008			2009			2010		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(b) = (a / PIB)	Corrente (c)	Constante	(d) = (c / PIB)	Corrente (e)	Constante	(f) = (e / PIB)
Receita Total	13.319.708	12.520.526	48,970	15.317.664	13.464.227	47,243	18.074.844	14.857.522	50,025
Receitas Não-Financeiras (I)	13.232.008	12.438.088	48,647	15.216.809	13.375.575	46,932	17.955.835	14.759.696	49,696
Despesas Total	13.319.708	12.520.526	48,970	15.317.664	13.464.227	47,243	18.070.704	14.854.118	50,014
Despesas Não-Financeiras (II)	13.081.808	12.296.900	48,095	15.044.079	13.223.746	46,399	17.752.013	14.592.155	49,132
Resultado Primário (I - II)	150.200	141.188	0,552	172.730	151.830	0,533	203.821	167.541	0,564
Resultado Nominal	239.275	224.919	0,880	468.316	411.650	1,444	538.563	442.699	1,491
Dívida Pública Consolidada	4.922.621	4.627.264	18,098	5.661.014	4.976.031	17,460	6.510.166	5.351.357	18,018
Dívida Consolidada Líquida	3.211.982	3.019.263	11,809	3.693.779	3.246.832	11,392	4.247.846	3.491.730	11,757

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

SERVIÇO Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Caubi Eduardo de Castro Neto

TITULAR



ESTADO DO CEARÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2006	% PIB	II - Metas Realizadas em 2006	% PIB	Variação ( II - I )	
					Valor	%
I - Receita Total	10.494.000	38,581	13.565.237	49,872	3.071.237	11,291
II - Receitas Não-Financeiras	48.000	0,176	32.314	0,119	(15.686)	(0,058)
III - Despesas Total	10.494.000	38,581	14.912.002	54,824	4.418.002	16,243
IV - Despesas Não-Financeiras	14.423	0,053	14.423	0,053	-	-
V - Resultado Primário ( II - IV )	33.577	0,123	17.891	0,066	(15.686)	(0,058)
VI - Resultado Nominal	-	-	1.156.380	4,251	1.156.380	4,251
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	897.007	3,298	897.007	3,298
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-	693.306	2,549	693.306	2,549

Fonte: IPEADATA / IPECE- CE / Relatórios da LRF

... de Contabilidade SIC Ltda  
RUBEN CARVALHO de Castro Neto  
TITULAR





ESTADO DO CEARÁ

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

## III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhar

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	11.213.886	13.565.237	120,97	13.319.708	98,19	13.319.708	100,00	15.317.664	15,00	18.074.844	18,00
Receitas Não-Financeiras ( I )	59.397	32.314	54,40	87.700	271,40	13.232.008	15.087,81	15.216.809	15,00	17.955.835	18,00
Despesas Total	11.630.822	14.912.002	128,21	13.319.708	89,32	13.319.708	100,00	15.317.664	15,00	18.070.704	17,99
Despesas Não-Financeiras ( II )	230.917	14.423	6,25	237.900	1.649,45	13.081.808	5.498,87	15.044.079	15,00	17.752.013	18,00
Resultado Primário ( I - II )	(171.520)	17.891	(10,43)	(150.200)	(839,53)	150.200	(100,00)	172.730	15,00	203.821	18,00
Resultado Nominal	(1.029.303)	1.156.380	(112,35)	(110.071)	(9,52)	239.275	(217,38)	468.316	95,72	538.563	15,00
Dívida Pública Consolidada	1.118.429	897.007	80,20	807.306	90,00	4.922.621	608,76	5.661.014	15,00	6.510.166	15,00
Dívida Consolidada Líquida	(463.074)	693.306	(149,72)	583.235	84,12	3.211.982	550,72	3.693.779	15,00	4.247.846	15,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2005	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Receita Total	#####	12.858.045	128,23	13.319.708	104	12.520.526	94	13.464.227	8	14.857.522	1
Receitas Não-Financeiras ( I )	53.114	30.629	57,67	87.700	286	12.438.088	#####	13.375.575	8	14.759.696	1
Despesas Total	#####	14.134.599	135,90	13.319.708	94	12.520.526	94	13.464.227	8	14.854.118	1
Despesas Não-Financeiras ( II )	206.489	13.671	6,62	237.900	1.740	12.296.900	5.169	13.223.746	8	14.592.155	1
Resultado Primário ( I - II )	(153.376)	16.958	(11,06)	(150.200)	(886)	141.188	(94)	151.830	8	167.541	1
Resultado Nominal	(920.418)	1.096.095	(119,09)	(110.071)	(10)	224.919	(204)	411.650	83	442.699	
Dívida Pública Consolidada	1.000.115	850.244	85,01	807.306	95	4.627.264	573	4.976.031	8	5.351.357	
Dívida Consolidada Líquida	(414.087)	657.162	(158,70)	583.235	89	3.019.263	518	3.246.832	8	3.491.730	

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

SERCO - Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Cauê Eduardo de Castro Neto  
TITULAR



ESTADO DO CEARÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

2008

LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ milhares

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	2.708.789	100,00	2.420.702	100,00	2.350.838	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	0,00
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.708.789</b>	<b>100,00</b>	<b>2.420.702</b>	<b>100,00</b>	<b>2.350.838</b>	<b>100,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	1	100,00	1	100,00	1	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	0,00
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

SERCO Serviços de Contabilidade S/C Ltda

Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR





ESTADO DO CEARÁ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2008**

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2006	2005	2004
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
Receita de Alienação de Ativos	3.750	1	1
Alienação de Bens Móveis	3.750	1	1
Alienação de Bens Imóveis	1	1	1
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>3.750</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

DESPESAS LIQUIDADAS	2006	2005	2004
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Investimentos	3.750	1	1
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-
<b>TOTAL ( II )</b>	<b>3.750</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = ( I - II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

SERCO - Serviços de Contabilidade S/C Ltda.

Caubi Eduardo de Castro Neto  
TITULAR